

PROCESSO - A. I. Nº 207185.0014/17-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - SUPERMERCADO FLORESTA LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO– Acórdão 4ª JJF nº 0108-04/18
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
PUBLICAÇÃO - INTERNET 12/11/2019

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0270-11/19

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de registro de notas fiscais na escrita fiscal do contribuinte enseja a presunção de ocorrência de operações tributáveis sem pagamento do imposto, prevista no art. 4º, §4º, da Lei nº 7.014/96. Comprovada a improcedência de parte da presunção legal pelo sujeito passivo. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, previsto no art. 169, I, “a”, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, impetrado pela 4ª JJF, através do Acórdão nº 0108-04/18, datado de 29/06/2018, por ter desonerado o sujeito passivo de parte do débito que lhe fora imputado na infração 1, sob a acusação de “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas”, inerentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, exigindo-se o ICMS no valor de R\$68.232,48, com enquadramento no art. 4º, §4º, inciso IV, da Lei nº 7.014/96.

A Decisão de primeiro grau considerou o Auto de Infração Procedente em Parte, em razão de:

VOTO

Trata o presente PAF de lançamento fiscal de crédito tributário para exigir ICMS no montante de R\$68.372,48, relativo a duas irregularidades, tendo o autuado impugnado parcialmente a Infração 1, e reconhecendo a procedência da Infração 2, tendo, inclusive, efetuado o pagamento dos valores reconhecidos na forma do relatório “Detalhes de Pagamento PAF”, extraído do Sistema SIGAT da SEFAZ/BA, acostado à fl. 82 dos autos, que serão de pronto considerados procedentes, onde a contenda restringir-se-á apenas aos valores não reconhecidos da Infração 1.

A infração 1 acusa o sujeito passivo ter cometido omissão de saídas de mercadorias tributárias apurada através de entradas de mercadorias não registradas nos anos de 2014, 2015 e 2016, conforme demonstrativos acostados às fls. 05 a 09 e CD/mídia à fl. 11 dos autos, com ICMS lançado no valor de R\$68.232,48, e enquadramento no art. 4º, §4º, inc. IV, da Lei 7.014/96, mais multa de 100% tipificada no art. 42, inc. III, do mesmo diploma legal.

Da análise dos termos da defesa, vê-se à fl. 20, em relação a Infração 1, aponta irregularidade parcial na autuação, com a comprovação através de relatório extraídos da EFD de fls. 25/66, associados aos demonstrativos de fls. 24 e 67, associado as cópias das NF-e nºs 665.899 (saída) e 30.310 (entrada) de emissão da CRBS CDD ILHÉUS de fls. 68 e 69, respectivamente, em que diz reconhecer o valor de R\$1.903,31, conforme o demonstrativo a seguir:

[...]

Em sede de Informação Fiscal (fls. 74/75), diante dos elementos e provas apresentados pela defesa, o agente Fiscal diz que procedeu a revisão do lançamento, objeto da Infração 1, concluindo por considerar consistentes parcialmente a manifestação do sujeito passivo, onde concorda com os valores apontados pelo defendente, em relação as datas de ocorrência de 31/12/2015 e 31/12/2016. Entretanto, em relação a data de ocorrência 31/12/2014, reconhece que a exigência fiscal de R\$27.043,08, deve ser alterada para o valor de R\$2.596,05 na forma do demonstrativo de fls.76, e não o valor reconhecido de R\$1.466,90, dado as notas fiscais de entradas remanescentes não registradas na escrita fiscal, que faz parte integrante demonstrativo às fls. 77 dos autos.

Diante das documentações apresentadas pelo sujeito passivo em sede de defesa, e, ainda, persistindo discordância entre as partes, objetivando a busca da verdade material, com fulcro no § 1º, do art. 18, do RPAF, a 5ª JJF, em pauta suplementar do dia 23/10/2018 decidiu converter o presente processo em diligência ao Fiscal Autuante, para que fosse cientificado o defendente do resultado da Informação Fiscal de fls. 74/75, com a indicação de 10 (dez) dias para se manifestar, querendo.

Voltando aos autos, em sede de nova manifestação de defesa (fls. 87/88), o sujeito passivo observa que o agente Fiscal não observou que a NF-e 665.899 (fl. 97) emitida em 16/01/2014, pela empresa CRBS S/A CNPF 56.228.356/0046-33, foi efetuada a devolução pelo próprio emitente através da NF-e de nº 030310 em 18/01/14 (fl. 98). Com isso diz que reconhece o débito de R\$1.903,31 (fl. 89) o mesmo já reconhecido anteriormente quando da defesa inicial na forma do demonstrativo de fl. 22 dos autos, acima destacado.

Em nova Informação Fiscal, após traçar algumas considerações, o agente Fiscal diz que a Defesa apresentada deve ser considerada consistente e reconhecidos os novos valores de débitos apurados na forma apontada no demonstrativo à fl. 105, perfazendo o valor de R\$1.763,31 para a Infração 01 e mantendo a Infração 02 no valor de R\$140,00, o que totaliza o valor de R\$1.903,31, que é valor reconhecido pela defesa, para o Auto de Infração em tela.

Em sendo assim, não vendo nada que desabone a Informação Fiscal produzida pelo agente Fiscal de fl. 105 dos autos, voto pela subsistência parcial da Infração 1, alterando o valor de R\$68.232,48 para o valor de R\$1.763,31 na forma do demonstrativo de débito a seguir:

[...]

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, por restar procedente parcialmente a Infração 1 e procedente a infração 2 pelo reconhecimento do sujeito passivo, devendo ser homologado os valores já recolhidos

Por fim, a JJF recorreu de ofício para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, conforme redação, vigente à época, prevista no art. 169, I, “a”, do RPAF.

VOTO

Examinando as peças que integram os autos, depreendo que a Decisão recorrida está perfeita quanto ao seu resultado, não merecendo qualquer modificação, eis que a desoneração da infração 1, do valor nominal de R\$68.232,48 para R\$1.763,31, decorreu da comprovação parcial, pelo sujeito passivo, da improcedência da presunção legal prevista no art. 4º, §4º, inciso IV da Lei nº 7.014/96.

Ressalte-se que o Auto de Infração, em análise, foi lavrado para exigir, além da infração 2, objeto de reconhecimento pelo sujeito passivo, o imposto sob a acusação de: “*Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas*”, nos exercícios de 2014 a 2016, sob enquadramento legal no art. 4º, § 4º, IV da Lei nº 7.014/96.

Há de se registrar que o aludido art. 4º, § 4º, IV da Lei nº 7.014/96, determina que, *salvo prova em contrário* (excepcionalmente de ônus do contribuinte), presume-se a ocorrência de operações tributáveis sem pagamento do imposto sempre que se verificar entradas de mercadorias ou bens não registrados, conforme abaixo transcrito:

Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

[...]

§ 4º Salvo prova em contrário, presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto sempre que se verificar:

[...]

IV - entradas de mercadorias ou bens não registradas;

Portanto, considerando que a acusação fiscal se lastrou nesta presunção legal, de ocorrência de operações sem pagamento do imposto, como também que o sujeito passivo se desincumbiu do ônus da prova da improcedência de parte da presunção legal, trazendo aos autos, às fls. 24 a 66 dos autos, elementos que vieram a destituir a legitimidade da presunção da ocorrência do fato gerador sem pagamento do imposto, ao comprovar o efetivo registro na EFD de parte das notas fiscais tidas como não registradas pelo autuante, assim como que operação relativa a nota fiscal nº 665899 foi cancelada pelo próprio fornecedor através da Nota Fiscal nº 30310, cujas alegações

foram avaliadas e acolhidas pelo autuante, quando das informações fiscais às fls. 74/75 e 104/105 dos autos, reconhecendo o valor remanescente de R\$1.763,31, já recolhido pelo contribuinte (fl. 100), só nos resta acolher o resultado ínsito na Decisão recorrida.

Diante do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207185.0014/17-4**, lavrado contra **SUPERMERCADO FLORESTA LTDA.**, no valor do imposto de **R\$1.763,31**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$140,00**, prevista no inciso XVIII, “c” do mesmo diploma legal, com os acréscimos moratórios, estabelecidos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser cientificado o recorrido desta decisão e homologados os valores recolhidos, com posterior arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de setembro de 2019.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA - REPR. DA PGE/PROFIS